

PREFEITURA DE PALMAS CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PALMAS

DECRETO Nº 1.484, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Altera os arts. 1° e 2° do Decreto n° 91, de 29 de maio de 2009, que regulamenta a indenização de transporte dos Oficiais de Justiça designados "ad hoc" à disposição do Poder Judiciário.

O PREFEITO DE PALMAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, incisos I e III, da Lei Orgânica do Município, e com fulcro no art. 53 da Lei Complementar nº 8, de 16 de novembro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º Os arts. 1° e 2° do Decreto n° 91, de 29 de maio de 2009, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica regulamentada a indenização de transporte devida aos servidores públicos cedidos ou disponibilizados pelo município de Palmas ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins, para laborar junto à Central de Execuções Fiscais de Palmas no desempenho da função de Oficial de Justiça "ad hoc" para o cumprimento de diligências relativas a ações executivas fiscais e seus incidentes, bem como outros atos, que o juízo determinar, com a utilização de meio próprio de locomoção. (NR)

§ 1° Consideram-se como diligências, para fins do disposto no caput deste art quaisquer atos externos que requeiram deslocamento de servidor. (NR)	igo,
Art. 2° A indenização de transporte é devida pelo cumprimento de diligênci externas, sejam judiciais, extrajudiciais ou notificações administrativa comprovadas por meio de relatórios encaminhados pelo oficial e Central Execuções Fiscais com o número de mandados, bem como outras diligênci apresentadas à Subprocuradoria Fiscal e Tributária, em conformidade co instruções expedidas pela Procuradoria Geral do Município. (NR)	as, de ias

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 24 de outubro de 2017.

CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA

Prefeito de Palmas

Adir Cardoso Gentil
Secretário da Casa Civil do Município de
Palmas

Públio Borges Alves Procurador Geral do Município de Palmas

